



Visões Cruzadas sobre
a Contemporaneidade

Rede Interdisciplinar de Estudos

Diálogos sobre a Contemporaneidade - I

CADERNO DE RESUMOS

FICHA TÉCNICA

Título: Diálogos sobre a Contemporaneidade I. Caderno de Resumos.

Coord. Científica: Valente, Isabel Maria Freitas

Transcrição: Nascimento, Eliane Cristina da Silva e Azevedo, Ana Cordeiro de

Local: Coimbra

Edição: SHIS

Ano de edição: 2020

ISBN: 987-989-54537-4-0

Nem todos os textos obedecem ao novo Acordo Ortográfico

Nada é bom a não ser aquilo que se faz

Erich Kastner

Sumário

Nota Prévia	1
Programa	3
Reptos dos Debates	7
<i>Declaração de Schuman: (Re)Pensar a Europa 70 Anos Depois</i>	9
<i>Mar: Um Valor Estratégico Europeu?</i>	9
<i>União Europeia e Direitos Fundamentais</i>	10
<i>Defesa e Segurança Europeia: Realidade e Desafios</i>	10
<i>35 Anos da Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia</i>	11
<i>Os Novos Conceitos de Espaço e Poder na Era da Globalização</i>	11
<i>Desafios(s) à Democracia</i>	12
O que disseram	13
<i>Declaração de Schuman: (Re)Pensar a Europa 70 Anos Depois</i>	15
<i>Mar: Um Valor Estratégico Europeu?</i>	18
<i>União Europeia e Direitos Fundamentais</i>	20
<i>Defesa e Segurança Europeia: Realidade e Desafios</i>	23
<i>35 Anos da Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia</i>	25
<i>Os Novos Conceitos de Espaço e Poder na Era da Globalização</i>	28
<i>Desafios(s) à Democracia</i>	33
Nota Biográfica dos Autores	37

Nota Prévia

Este caderno de resumos tem como objetivo dar conta da proposta científica consubstanciada no ciclo de conferências intitulado “Diálogos sobre a Contemporaneidade – I”, realizado entre 9 de maio e 01 de julho de 2020, coordenado pela Professora Doutora Isabel Maria Freitas Valente a partir da Universidade de Coimbra – CEIS20, do Grupo de Investigação Europeísmo, Atlanticidade e Mundialização do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX que coordena cientificamente, em parceria com o Centro de Estudos Humanísticos da Universidade dos Açores e com a Rede Interdisciplinar de Estudos, Visões Cruzadas sobre a Contemporaneidade – Rede VCC.

Estas conferências visaram promover um ciclo de debates em rede sobre o futuro da Europa, no contexto das novas realidades sanitárias, sociais e económicas – recordamos que as palestras decorreram em plena pandemia por COVID-19, pelo que naturalmente as preocupações relativas às especificidades deste período e os respetivos impactos futuros, perpassam várias das intervenções e análises dos participantes.

Com esta iniciativa pretendeu-se promover um maior diálogo entre os investigadores das supracitadas instituições e estreitar laços com investigadores brasileiros, abrindo deste modo a discussão através de múltiplos olhares.

Os sete encontros por videoconferência, abordaram temáticas desde a evolução da Europa Comunitária aos Direitos Humanos, passando por questões de Segurança e Defesa, refletindo-se também, sobre as alterações decorrentes da adesão de Portugal às Comunidades Europeias, a propósito dos 35 anos da assinatura dos tratados, bem como sobre os novos conceitos de Espaço e Poder numa era de globalização e por fim, analisaram-se alguns dos atuais Desafios à Democracia.

No final do ciclo, podemos inferir que o debate proposto ao longo destas tertúlias, foi permeado por temas desafiadores para o presente e o futuro da União Europeia, e que podem abalar a sua própria solidez. Ao fim desta jornada, fica evidente que os caminhos mais esperançosos para os enfrentar passam, necessariamente, por soluções que priorizem fundamentos como parceria, solidariedade, visão sistémica, multilateralismo, sentimento de comunidade, por outras palavras, soluções que reafirmem a própria essência do projeto europeu, dando aos valores criadores o lugar de centralidade, tal como há 70 anos foi proposto por Robert Schuman.

Uma palavra de particular apreço e agradecimento aos oradores que, numa perspetiva interdisciplinar, partilharam o seu saber e a sua competência, e nos propiciaram uma reflexão profunda sobre temas tão relevantes e de inquestionável oportunidade.

Ao Dr. Rooney Pinto reitero o meu sentido obrigada.

Às Dras Eliane Nascimento e Ana Azevedo, o nosso vivo agradecimento pela inestimável e frutuosa colaboração nesta iniciativa.

Isabel Maria Freitas Valente

Programa

Diálogos sobre a Contemporaneidade I

WEBINARS

9 de maio de 2020

16h00 (PT)

Declaração de Schuman: (Re)Pensar a Europa 70 Anos Depois

Maria Manuela Tavares Ribeiro (UC-CEIS20; VCC)

João Bosco Mota Amaral (UAC)

Carlos Eduardo Pacheco Amaral (UAC-CEIS20; VCC)

Moderadora: Isabel Maria Freitas Valente

15 de maio de 2020

17h00 (PT)

Mar: um Valor Estratégico Europeu?

Sónia Ribeiro (UCP-CIEP)

Ana Cordeiro de Azevedo (VCC; UCP-CIEP)

Moderadora: Isabel Maria Freitas Valente

22 de maio de 2020

16h00 (PT)

União Europeia e Direitos Fundamentais

Leandro Reinaldo da Cunha (UFBA)

Carlos Eduardo Pacheco Amaral (UAC-CEIS20; VCC)

Moderadora: Isabel Maria Freitas Valente

30 de maio de 2020

16h00 (PT)

Defesa e Segurança Europeia: Realidade e Desafios

João Luís Fernandes (FLUC; CEIS20)

Ricardo Dias Costa (CEIS20)

Moderadora: Isabel Maria Freitas Valente

12 de junho de 2020

16h00 (PT)

35 Anos da Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia

Maria Manuel Leitão Marques (Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas do Parlamento Europeu)

Ana Lúcia Fernandes Oliveira Pereira (Grupo dos Democratas-Cristãos do Parlamento Europeu)

Manuel Lopes Porto (FDUC)

Moderadora: Isabel Maria Freitas Valente

24 de junho de 2020

16h00 (PT)

Os Novos Conceitos de Espaço e Poder na Era da Globalização

João Nuno Calvão da Silva (UC)

Francisco Proença Garcia (UCP-CIEP; IUM)

José Blanes Sala (UFABC)

Moderadora: Isabel Maria Freitas Valente

Conclusões: Carlos Eduardo Pacheco Amaral

1 de julho de 2020

17h00 (PT)

Desafio(s) à Democracia

José Eduardo Martins Cardozo (CUB; PUC-SP)

Ana Cordeiro de Azevedo (VCC; UCP-CIEP)

Moderadora: Isabel Maria Freitas Valente

Conclusões: Sidney Jard da Silva

Reptos dos Debates...

Declaração de Schuman: (Re)Pensar a Europa 70 Anos Depois

Na sala do relógio do Quai d'Orsay, sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França, a 9 de maio de 1950, exatamente às 16 horas, hora a que também começou esta tertúlia, o Ministro francês Robert Schuman (fortemente inspirado nas ideias de Jean Monnet, outro 'pai fundador' da Europa Comunitária), lança formalmente as bases para uma integração formal dos esforços europeus, rumo a uma paz assente no desenvolvimento e cooperação económica.

Este primeiro debate propôs-se revisitar o passado em busca de reflexões para o futuro, afigurando-se que após sete décadas, o pensamento e a ideia de Europa proclamada por Robert Schuman nesse dia, ganha uma nova atualidade: a necessidade de reforço da solidariedade entre os países europeus que compartilham um destino comum e visam salvaguardar a paz mundial.

Este encontro teve nota introdutória e moderação de Isabel Maria Freitas Valente, e participação de João Bosco Mota Amaral, Maria Manuela Tavares Ribeiro e Carlos Eduardo Pacheco Amaral, como oradores.

Mar: Um Valor Estratégico Europeu?

Apenas 5 dos atuais 27 Estados Membros da União Europeia (UE) não dispõem de fronteiras marítimas e cerca de 2/3 das suas fronteiras são zonas costeiras e espaços marítimos. Não surpreende, portanto, que o espaço marítimo tenha vindo a ganhar protagonismo e se tenha tornado um elemento estratégico da UE.

Não obstante a relevância física, o Mar só recentemente ganhou protagonismo nas políticas da União, surgindo pela primeira vez nos objetivos estratégicos de 2005-2009 (COM(2005)0012), quando a Comissão propôs uma abordagem política integrada dos assuntos marítimos.

Entretanto têm-se vindo a desenvolver as políticas e iniciativas legislativas, mas é pertinente questionar até que ponto estas têm contribuído para a elevação do(s) Mar(es) ao nível dum verdadeiro valor estratégico da União.

Esta segunda palestra teve como moderadora Isabel Maria Freitas Valente e como oradoras Sónia Ribeiro e Ana Cordeiro de Azevedo.

União Europeia e Direitos Fundamentais

Com esta reflexão pretendeu-se contribuir para o melhor conhecimento e para o debate de uma política de acolhimento e de respeito pela diversidade de identidades, pela pluralidade de valores e dignidade do Ser Humano. A atualidade deste debate a decorrer nas Nações Unidas, na União Europeia, na Sociedade Civil, reforça a oportunidade desta discussão que nos deixa inúmeras pistas de diálogo de um debate em aberto.

Esta sessão teve como principal objetivo refletir sobre *a União Europeia e os Direitos Humanos*, alargando a discussão, também, para o quadro mundial. Nota introdutória e moderação foram feitas por Isabel Maria Freitas Valente, e as intervenções foram feitas pelos oradores Carlos Eduardo Pacheco Amaral e Leandro Cunha.

Defesa e Segurança Europeia: Realidade e Desafios

A iniciativa Comunitária surgiu como forma de evitar novos conflitos Europeus no pós-Segunda Guerra Mundial. A não existência de conflitos armados em grande escala, não obsta à existência de sucessivas ameaças, que por sua vez constituem dinâmicas de mudança e conseqüentemente, uma força motriz da evolução da União Europeia.

Os riscos suscetíveis de afetar a segurança e/ou defesa da União têm-se modificado ao longo do tempo, o que implica a necessidade dum constante avaliação e adaptação, mas a adoção de políticas concertadas tem sido difícil de alcançar, sendo evidentes as clivagens entre os parceiros europeus.

No presente, destacam-se a crise dos refugiados e as ameaças tecnológicas, como as principais preocupações dos Estados Membros restando, contudo, saber como estes conseguirão articular as respetivas posições, por forma a que estes desafios constituam mais uma oportunidade de evolução do projeto da UE.

A moderação e a nota introdutória desta tertúlia foram conduzidas por Isabel Maria Freitas Valente e, as intervenções foram feitas pelos oradores João Luís Fernandes e Ricardo Dias Costa.

35 Anos da Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia

A comemoração dos 35 anos da assinatura por Portugal do Tratado de Adesão às Comunidades Europeias, constituiu uma oportunidade para refletir sobre o processo de integração europeia de Portugal – um tema que, volvidos mais de três dezenas de anos sobre a nossa adesão ao projeto comunitário, continua a revestir-se de toda a pertinência e atualidade.

Um desafio provocador contribuiu para um diálogo interdisciplinar e crítico, com inovação e estímulo, para o debate sobre os principais desafios com que Portugal hoje se confronta na Europa e no Mundo com o intuito de levantar novas questões e pistas de reflexão.

A sessão foi moderada por Isabel Maria Freitas Valente tendo como oradores Maria Manuel Leitão Marques, Lúcia Pereira e Manuel Lopes Porto.

Os Novos Conceitos de Espaço e Poder na Era da Globalização

Alguns paradigmas consensuais mesmo há 2 ou 3 décadas, nomeadamente o conceito de Poder do Estado Soberano, têm nos nossos dias um significado diferente ou foram simplesmente afastados pela prática. Os vários fenómenos agregados sob o que chamamos genericamente de Globalização alteraram os conceitos de Espaço e Poder, pondo em causa o exercício da Soberania em moldes tradicionais. Consideremos nomeadamente, que:

- Significativos segmentos da economia mundial são controlados por empresas (vide IBM, Microsoft, De Beers), conglomerados (General Electric, Berkshire Hathaway), cartéis (como a OPEC) ou mesmo oligarcas ou barões do crime, que gerem potentados através dum emaranhado de empresas e holdings sedeadas em paraísos fiscais, que praticamente inviabilizam o controlo Estatal.
- Outra das mais óbvias características dos nossos dias, é a extremamente rápida evolução da ciência e da tecnologia.

É face a este conjunto de fenómenos que estão certamente para ficar, que foi proposto um debate sobre os novos conceitos de espaço e como estes escapam aos moldes tradicionais de subordinação à Soberania dos Estados-Nação.

A sessão contou com as intervenções de João Nuno Calvão da Silva, Francisco Proença Garcia e José Blanes Sala. A moderação esteve a cargo de Isabel Maria Freitas Valente e as conclusões foram apresentadas por Carlos Amaral.

Desafios(s) à Democracia

A democracia tem sido um dos pilares do Estado Democrático, mas encontra-se aparentemente em crise em diversos países, incluindo na Europa ou nas Américas, onde se verifica um desgaste da confiança dos cidadãos que se manifesta ou pela abstenção na participação eleitoral, ou pela preferência por soluções governativas de cariz nacionalista e/ou autoritário, que de alguma forma reforcem a necessidade de estabilidade e segurança.

Em paralelo, os cidadãos depositam cada vez mais confiança na informação divulgada pelas redes sociais, embora estes espaços não ofereçam garantias de escrutínio democrático e num aparente contraciclo, preferiram agregar-se em movimentos sociais independentes, muitos deles com carácter transnacional. Como irá a Democracia moldar-se a estas novas realidades?

Foram intervenientes nesta última conferência José Eduardo Cardozo e Ana Cordeiro de Azevedo. A moderação foi feita por Isabel Maria Freitas Valente e as conclusões foram da responsabilidade de Sidney Jard da Silva.

O que disseram....

Declaração de Schuman: (Re)Pensar a Europa 70 Anos Depois

Os desafios impostos pela recente crise sanitária e suas consequências colocaram a União Europeia (UE) numa nova encruzilhada, e de alguma forma fizeram ressurgir sombras do passado. As dificuldades têm contribuído para um ressurgimento / reforço dos egoísmos nacionalistas e constituído um forte entrave a uma ação conjunta e coordenada, facto que também afeta a imagem interna e externa da UE e, no limite, pode colocar em suspenso a sua própria sobrevivência. Diante disto e como forma de comemorar os 70 anos da Declaração Schuman, considerou-se oportuno promover algumas reflexões sobre o tema, considerando especialmente o alerta do próprio - *a paz mundial não poderá ser salvaguardada sem esforços criativos que estejam à altura dos perigos que a ameaçam.*

As intervenções destacaram aspetos históricos e identitários da Declaração e os desafios pelos quais passa a UE na atualidade, assim como a urgência renovada de que se reveste o pensamento de Schuman, enquanto guia para nortear este momento de grandes decisões.

A I Guerra Mundial (GM), mas mais especialmente a II GM, foram episódios históricos dramáticos e traumáticos, que mostraram como o mundo necessitava de se reequilibrar e buscar um novo futuro, onde os países fizessem um esforço de cooperação. Estas crises incentivaram a Europa a reconsiderar o seu papel no mundo, através de políticas de cooperação que permitissem superar as clivagens. Embora a sintonia nem sempre tenha sido alcançada, os esforços permitiram viver o mais longo período de paz do continente europeu. Foi nesta linha de pensamento do pós-guerra que Robert Schuman, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, em conjunto com outros mentores europeus, formalizou o projeto duma organização Europeia no célebre discurso de 9 de maio de 1950.

Na linha histórica do que hoje se designa por União Europeia, a Declaração Schuman é considerada simbolicamente o documento fundador a partir do qual se materializou o projeto europeu, cujo objetivo inicial foi a superação das ruturas decorrentes das duas Guerras Mundiais, a que se contraporia uma unidade europeia em prol do crescimento económico, assente no respeito pelos direitos humanos e pela democracia.

O documento marcou assim o início dum processo cujos primeiros passos se registam com o Tratado de Paris de 1951, que consagrou a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), instituída pela França, República Federal da Alemanha, Itália e o Benelux - Bélgica, Holanda e Luxemburgo. A escolha do carvão e do aço para este primeiro passo da integração foi fortemente simbólica – os dois bens fundamentais para os esforços de guerra e produção de armamento, eram os mesmos que permitiriam à Europa reerguer a sua indústria e retomar a economia arruinada.

Em 1957 o processo é aprofundado com o Tratado de Roma que levou à criação da Comunidade Económica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEA ou EURATOM). Esta fase económica da integração foi a primeira etapa do que viria a tornar-se uma construção eminentemente política, que culmina na União Europeia.

Mas este grandioso projeto, que passou por sucessivos aprofundamentos do seu âmbito e alargamento dos Estados Membros (e em sentido inverso, pela recente saída do Reino Unido, cujo processo de transição ainda decorre), necessita ser cultivado constantemente para que não perca a sua essência, sendo a vigilância desta, um dos desafios postos à UE na atualidade. Várias são as problemáticas recentes que pressionam os Estados Membros a encontrar um entendimento, nomeadamente:

- No âmbito da própria dinâmica política, vemos desde defensores de soluções maximalistas que pugnam pela adoção dum Tratado Constitucional que leve a UE em direção a uma construção federal europeia, aos defensores do *status quo*, em versão minimalista ou mais ‘aligeirada’, com uma maior ou menor adesão dos países às diferentes políticas, conforme os interesses e especificidades destes e/ou dos parceiros. A UE enfrenta aqui o desafio de como sustentar ou evoluir organicamente a partir do projeto original, cujo modelo assentava no intergovernamentalismo e num equilíbrio proporcional dos Estados Membros que assegurasse o interesse do todo e de cada um. Mas nesta linha de problemas, temos ainda outra questão: mesmo para os Membros que se unem na defesa de “mais Europa”, é difícil encontrar consistência no que concerne a um alargamento das políticas, assim como para um aprofundamento das já existentes!

- Não está totalmente sanado o alargamento da UE a vários dos mais recentes Estados Membros, e a consideração de futuros alargamentos parece um risco que ninguém está disposto a defender nos próximos tempos. São cada vez mais patentes as divergências de entendimento sobre os limiares do Estado de Direito e conceitos de

liberdades democráticas entre vários membros recentes e os restantes, e as já existentes diferenças económicas entre os mais ricos e os mais pobres, em vez de se estreitarem, têm-se acentuado. A conjugação das dificuldades económicas que exigem entendimentos políticos e as clivagens sobre os fundamentos democráticos, geram problemas delicados e renovam o potencial de crises políticas.

- Numa visão mais imediata e decorrente do momento atual da pandemia, é necessário quantificar e priorizar as medidas necessárias para a superação das consequências económicas e sociais da crise instalada, encontrando soluções adequadas, mas as posições extremadas e algumas vezes claramente divergentes, não podem ser ignoradas. Transversal a estas crises está a preservação do âmago do projeto Europeu, como a consolidação da solidariedade supranacional, a defesa do bem comum e o retomar da unidade como pilar fundacional e institucional da União.

Foi consenso nesta Tertúlia que a UE enfrenta uma nova encruzilhada e um momento de crise, mas estes momentos de crise são também janelas de oportunidades para as mudanças. Voltar às raízes, retomando as ideias-força de Robert Schuman, é um caminho promissor para que a União Europeia retome a vocação duma verdadeira comunidade e não uma simples união de interesses pontuais. Tais ideias podem ser brevemente resumidas através dos seguintes pressupostos:

- 1) A UE deve manter-se como uma garantia e uma guardiã da democracia.
- 2) A UE deve pugnar para que a humanidade aceite a pluralidade civilizacional, em que cada um deve respeitar os demais.
- 3) A UE deve ter um papel de liderança na solidariedade mundial, vital para a edificação do mundo que se descortina.
- 4) As fronteiras da UE não devem representar limites, mas sim linhas de contacto.
- 5) O patriotismo e o bem comum não se excluem mutuamente.

Estes ideais já subjacentes na proclamação de Shuman, mantêm-se tão atuais como há 70 anos. Do passado, através da Declaração de Robert Schuman, ficam para o futuro da Europa duas mensagens de esperança e de ação: (a) é preciso libertar a Europa de egoísmos míopes e (b) é necessário conhecer e enfrentar as causas profundas dos antagonismos, para preservar a cooperação em prol da paz, do desenvolvimento e do bem comum.

Os ideais dos fundadores, personificados na Declaração Schuman homenageada nesta Tertúlia, foram eventualmente mais longe do que estes teriam esperança de alcançar, trazendo a ambicionada paz e progresso, sem precedentes na história da Europa.

Mar: Um Valor Estratégico Europeu?

O Mar tem merecido um crescente interesse dos atores internacionais, que consideram existir um reforço do valor que lhe é atribuído, seja em questões de desenvolvimento económico ou de segurança e defesa, seja pelo potencial científico que perspetiva. Este olhar abrangente sobre a importância dos recursos marinhos, põe em evidência a relevância do multilateralismo e da cooperação, do olhar sistémico e interdisciplinar para se potenciar o conhecimento e desenvolvimento sustentado do Mar, questões que perpassaram as intervenções desta Tertúlia.

A Europa tem uma relação intrínseca com o Mar, considerando que 2/3 das suas fronteiras são zonas costeiras e espaços marítimos, e apenas 5 Estados Membros não dispõem de zonas costeiras (Luxemburgo, República Checa, Eslováquia, Áustria e Hungria). Mesmo excluindo as zonas ultraperiféricas, temos um espaço rodeado por Mares e Oceanos com especificidades que justificam políticas próprias - Mar Báltico, Mar Negro e o Mar do Norte, ou ainda o Mediterrâneo onde se destacam as especificidades dos Mares Adriático e Jónico. Por maioria de razão, os Oceanos Atlântico e Ártico, são eixos de influência geopolítica, económica e de potencial científico, que merecem uma particular atenção da UE e dos seus Membros.

O esforço legislativo e de ordenamento do espaço marítimo comunitário, demonstra o quão estratégico é o Mar para a Europa, sendo que Portugal incorpora o Mar na sua estratégia de desenvolvimento, desde 1988.

A grandes linhas europeias da política dos oceanos, passam por compreender o Mar numa perspectiva (a) económica, como principal eixo de transporte de carga e suporte das telecomunicações (que continuam maioritariamente dependentes dos cabos submarinos), fonte de energia, alimento e lazer, com uma componente cada vez mais associada à evolução da tecnologia, (b) pela organização e segurança, incluindo as questões relativas às pessoas (redes de tráfico humano, pirataria, etc.) e (c) sob o ponto

de vista da sustentabilidade, pelo papel que este elemento tem enquanto fonte de alimento, energia, equilíbrio das espécies ou componente essencial para o combate às alterações climáticas globais.

Entretanto, este conjunto de recursos alimentares, minerais, comerciais, medicinais, ambientais, científicos (e tantos outros que poderão surgir) que o Mar representa, depende dum sistema de governança articulado. Apesar dos esforços, o sistema atual ainda assenta numa legislação distribuída entre várias camadas de competências e entidades intervenientes, com lacunas e zonas cinzentas no que concerne às responsabilidades.

A título de exemplo, em Portugal contamos com a polícia e outras autoridades marítimas (como as capitánias ou socorros a náufragos), as Câmaras Municipais, a Proteção Civil que intervém em casos de catástrofe, o Governo Central (com competências / jurisdição, por exemplo nos Ministérios do Mar, da Defesa, da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, da Economia, Ambiente e Ação Climática...), nalguns aspetos as Regiões Autónomas, a Autoridade Europeia, as Nações Unidas. Quando vistas isoladamente, as responsabilidades destas entidades parecem adequadas, mas quando tais instâncias são conjugadas, tornam-se evidentes os potenciais conflitos e as lacunas. Portugal, não podendo obviamente solucionar os problemas supranacionais, teria toda a vantagem em, de forma paulatina e sistemática, prosseguir o trabalho de organização interna ainda incipiente.

Mas não menos importante, diríamos mesmo, essencial para um adequado trabalho de gestão dos recursos e desenvolvimento económico, é a divulgação de informação adequada. A este nível, Portugal, e por maioria de razão as entidades a um nível supranacional onde esta problemática se multiplica, não dispõe de estatísticas atualizadas e abrangentes para as atividades marítimas. Infelizmente, o Instituto Nacional de Estatística continua a disponibilizar como dados mais recentes para a Conta Satélite do Mar (CSM), o triénio 2010-2013, divulgado em 2016!

Mas uma adequada exploração dos recursos marítimos, além de uma abordagem integrada por via duma governança ajustada e disponibilização de informação de gestão necessária às tomadas de decisão, requer investimentos, muita pesquisa e desenvolvimento, e capacidades técnicas nos mais diversos níveis de atuação. Se tivermos para mais em consideração a vertente da exploração das plataformas continentais, questão premente para Portugal, urge encontrar consensos no que concerne

a prioridades, estratégias e políticas relativas às parcerias para os investimentos necessários. Aqui surge outra variável importante - o estabelecimento de parcerias – colocando-se o desafio de escolher modelos de desenvolvimento de negócio e de parcerias que preservem o equilíbrio com as questões de segurança, de soberania, de política internacional, bem como de impactos ambientais e sociais.

Esta Tertúlia reiterou o entendimento de que o Mar constitui uma esperança para o futuro económico e social da Europa, principalmente no contexto pós-crise sanitária. A situação de crise económica pode acelerar certas questões, mas também pode impor obstáculos para o avanço de decisões políticas que caminhem para uma economia sustentável e, no limite, retroceder ou potenciar conflitos - a situação dos países que não têm acesso aos oceanos é um exemplo disso.

A Tertúlia termina registando a necessidade de buscar soluções de compromisso, cujo foco seja o equilíbrio entre o que já se tinha alcançado no âmbito nacional e europeu, sem perder de vista o que estava sendo projetado como aspirações futuras para alcançar uma economia circular.

União Europeia e Direitos Fundamentais

Começou por se determinar o conceito de Direitos Humanos aqui adotado, como compreendendo todos os direitos fundamentais para garantir uma vida digna às pessoas, em qualquer parte do mundo e sem qualquer tipo de discriminação, e neste sentido, representa um conjunto de direitos e valores.

No âmbito europeu, a questão foi objeto de várias convenções internacionais desde a II GM: a Convenção Europeia dos Direitos do Homem (1950), a Carta Social Europeia (1961) e a Carta Fundamental dos Direitos dos Trabalhadores das Comunidades Europeias (1989). Todos estes instrumentos acabaram por ser reunidos na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000), a que o Tratado de Lisboa passou a conferir valor jurídico vinculativo.

A Tertúlia discutiu a questão dos Direitos Humanos deixando em suspenso duas provocações, uma no âmbito europeu e outra no âmbito global, que convergiram para a noção de humanidade comum: (a) a necessidade de uma revolução epistemológica com o paradigma da modernidade a fim de que a cidadania europeia seja, de facto, robusta e

(b) pensar os parâmetros de igualdade e respeito pelos Direitos Humanos, incluindo os direitos das minorias.

Foi proposto que o conceito de Direitos decorre da ideia de proteção, ou dos níveis de proteção de que dispõe uma pessoa. Neste sentido, a lógica vigente na modernidade esteve ancorada numa conceção de Direitos de Cidadania e não de Direitos Humanos, tendo em consideração decorrer do Estado Soberano. As duas guerras mundiais do Século XX e em especial, o holocausto, fizeram emergir uma nova categoria - a ideia de Crimes Contra a Humanidade, e é a partir deste conceito que em meados do Século XX os pressupostos dos Direitos Humanos se começam a concretizar.

No âmbito da União Europeia, apesar dos avanços, a Carta Europeia não é suficiente para romper com a velha lógica, pois coloca-se mais na perspetiva dos Direitos dos Cidadãos europeus – eleições, proteção diplomática, direito de petição, direito de circulação - do que na dos Direitos Humanos.

Um exemplo de Direitos Humanos Fundamentais, que se agregam à cidadania, são as quatro liberdades fundamentais identificadas por Franklin D. Roosevelt, no seu discurso do Estado da União de 1941 (6 janeiro), que ficou conhecido como “*Four Freedoms speech*”: *freedom of speech, freedom of worship, freedom from want, freedom from fear*. Roosevelt referia-se aos cidadãos norte-americanos, mas estas são liberdades essenciais para qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo, e sendo respeitadas, contribuem sobremaneira para a dignidade da vida humana e da vida cidadã.

Assim, a revolução epistemológica necessária é aquela que supera a ideia de Estado unitário e de concidadãos nacionais, retomando a ideia clássica do planeta como uma casa comum, onde a igualdade e o direito são inerentes a todos, e onde os concidadãos são, no fundo, o género humano, isto é, o outro deve ser um reflexo do eu, com o mesmo valor, e nunca um objeto ou um infra-humano.

Cidadania e Direitos Humanos são fortemente interligados e a cidadania deveria expressar a universalidade da condição humana - uma cidadania universal. A ideia de cidadania europeia é um passo neste sentido, pois ultrapassa as cidadanias nacionais. Este conceito enfrenta, no entanto, muitos desafios. Entre eles, o facto de que quem mais comete violação dos Direitos Humanos, os Estados, são os mesmos responsáveis pela sua implementação.

Numa perspetiva complementar, a ideia de respeito pela dignidade e pelas liberdades, passa também por discutir os direitos das minorias. Respeitar as diferenças deveria ser visto como um parâmetro fundamental na ideia dos Direitos Humanos, em qualquer lugar do mundo, pois tem a ver com priorizar a valorização do Ser Humano, ainda que tal possa parecer redundante.

Liberdade do medo, uma das liberdades fundamentais colocadas por Roosevelt, ainda não é realidade para determinadas minorias. São pessoas privadas de uma vida em paz, de uma vida livre do medo, simplesmente por professarem crenças diferentes das maiorias, pela sua origem étnica, pela sua identidade de género, e tantos outros domínios rejeitados pela respetiva sociedade.

O facto de alguns se considerarem superiores tem resultado em consequências severas para muitas pessoas, que acabam por sofrer no seu quotidiano agressões verbais e físicas, e são vítimas de atitudes de segregação, preconceito etc. Não respeitar as diferenças gera consequências para todos, mas as consequências maiores recaem nos grupos minoritários.

Entre as minorias, destaca-se na atualidade, a situação das pessoas transgénero. A evolução dos direitos fundamentais acabou por deixar alguns temas em segundo plano e hoje, dentro dos direitos civis, os direitos destas pessoas são dos que mais precisam de ser efetivamente protegidos, pois enfrentam a falta de uma legislação específica, como é o caso do Brasil. Nos países onde até existe alguma legislação, esta parte mais frequentemente do direito a uma intervenção física para mudança de sexo, o que não atende adequadamente à problemática, já que nem todos os transgénero manifestam a intenção de realizar tal mudança física.

Em suma, é necessário progredir para um entendimento amplo do Humano, que supere a ideia associada ao lugar de residência, às características físicas ou culturais, ou à partilha de concepções. E este avanço nem torna necessário pensar em novos Direitos Humanos ou refundar os Direitos Humanos, se as sociedades conseguirem implementar os que já se encontram consagrados, seria um grande passo!

Defesa e Segurança Europeia: Realidade e Desafios

O tema foi lançado, recordando que o elemento crise-mudança, faz parte do processo de construção europeia. Na sua génese, a Declaração de Schuman surgiu como uma forma de evitar novos conflitos entre os Estados Europeus no pós-Segunda Guerra Mundial e por conseguinte, alcançar a paz. Hoje, a crise assume outras facetas e é percebida pela maior visibilidade das reações nacionalistas e pela ausência de reformas institucionais profundas. A política de segurança e defesa também é um exemplo deste movimento crise-mudança e esta Tertúlia pretende abordá-la, transpondo o conceito para a crise dos refugiados e as ameaças tecnológicas.

A questão das migrações, nomeadamente o acolher os migrantes ou não, traduz muitas das contradições, não só na Europa, mas em todo o mundo. Esta questão, mais relacionada com a dimensão da segurança do que com a da defesa, fundamenta-se numa ideia alargada de segurança – a segurança humana – um conceito polissémico e polidimensional, que abrange a segurança alimentar, ambiental, de saúde, económica, de educação, energética, etc., chegando até ao nível da segurança do corpo (a vulnerabilidade do corpo). Isto significa colocar a segurança no epicentro de um conjunto de variáveis que interferem nas condições da segurança humana.

Compreender desta forma a relação entre as migrações e segurança humana, impacta em algumas questões fundamentais: i) impõe que os países estejam preparados para cooperar na resolução de problemas que ultrapassam as escalas nacionais; ii) impõe uma tomada de decisão sobre como tratar a mobilidade das migrações nas fronteiras – fechar ou abrir?; e, iii) impõe pensar em como tratar os períodos de imobilidade destas populações, quando se encontram nos chamados territórios de espera.

Os territórios de espera, territórios de paragem ou territórios sombrios, concentram pessoas que se movimentam de forma precária e são territórios estruturalmente inseguros.

Trazer este tema para o quotidiano da Europa e aliá-lo ao conceito de segurança como definido acima, significa pensar na segurança europeia em vários níveis e neste sentido, o estabelecimento de uma política comum vai requerer cooperação horizontal e vertical, desde a escala da União Europeia, das regiões, dos Estados, aos

microterritórios. Esta concertação dos territórios ou uma nova regionalização do mundo, não está na dimensão das fronteiras, mas na dimensão da governança e é aí que reside o desafio, porque vai ancorar numa nova categoria, num novo modelo de ordem internacional.

Hoje verifica-se uma tendência para a crescente ausência dos sistemas de proteção das populações em trânsito, que na verdade também permanecem longos períodos em situação de imobilidade, o que permite a inserção no seu meio de atores com propósitos questionáveis. Estes atores não estatais atuam normalmente através de redes, que pretendem tirar partido da dificuldade que as políticas estatais têm em controlá-los.

Uma população vulnerável, na maior parte das vezes integrando muitas crianças, doentes ou idosos e que em grande parte por isso, tem necessidade de permanecer na condição de imobilidade, é um *locus* fértil para graves violações dos direitos humanos e para a atuação dos atores oportunistas, já referidos.

O esvaziamento das instituições internacionais, bem como o surgimento dos nacionalismos, agravam esta situação de vulnerabilidade e insegurança e aumentam o desafio de oferecer educação, saúde e de todo o tipo de assistência a estas populações.

Outra vertente muito atual na área da segurança e defesa são as questões relacionadas com a era digital e a inteligência artificial - a cibersegurança e a ciberdefesa.

As tecnologias trazem à tona uma relação desfasada do espaço geográfico, pois proporcionam um controlo à distância e uma territorialização sem a necessidade da presença. No limite, a guerra é realizada à distância, por ataques às estruturas fundamentais do inimigo (água, energia, transportes, etc.).

Também muito presente nos dias de hoje é a questão do controlo dos indivíduos (e a defesa dos respetivos direitos), através do acesso aos dados constantemente gerados pelas ações do quotidiano, como a geolocalização do telemóvel, ou as pesquisas e compras pela *internet*. Situações de crise como a da COVID-19, aceleram a preocupação com vertentes pré-existentes e sem o devido escrutínio. A recolha massiva desta informação, para além de afetar a dimensão da privacidade, acarreta também o perigo de proporcionar uma vigilância indevida das pessoas por Estados, ou agentes, não sujeitos a controlos democráticos. Perspetiva semelhante aplica-se ao contexto

empresarial e comercial, que com o intenso uso do modelo de teletrabalho, mais ficam vulneráveis aos ciberataques.

Seja pela vertente da defesa, comercial ou empresarial, a sociedade atual tem adicionalmente, uma grande dependência de entidades multinacionais ou de conglomerados. Assim, os Estados não têm controlo sobre grande parte dos recursos e tecnologias de que dependem, porque a sua atuação ultrapassa os limites das soberanias nacionais.

Os temas abordados nesta Tertúlia que provêm de dimensões distintas dentro do espaço da segurança e da defesa, convergem para uma conclusão comum - na atualidade, são necessários novos modelos de regulação do sistema internacional, que nomeadamente considerem as novas dependências entre atores públicos e privados. As realidades da contemporaneidade colidem com a lógica institucional dos Estados e políticas vigentes, que não favorecem cooperações multidirecionais e impõem um desafio chave: o conceito de espaço.

Reafirma-se o entendimento de que às políticas de segurança e de defesa europeia cabe proteger as liberdades fundamentais para uma existência digna, que respeite os direitos humanos e que possa contribuir para o ideal de paz e de ajuda humanitária que a existência da Europa celebra

35 Anos da Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia

A Adesão de Portugal às Comunidades Europeias, foi uma possibilidade para deixarmos de ser um mero país de baixos salários e começarmos a pugnar pela possibilidade de fazer ciência de pleno direito, assegurar um maior equilíbrio entre o litoral e o interior, onde os direitos dos consumidores e da concorrência passam a ser levados a sério pela primeira vez e onde assumimos que a nossa democracia e liberdades estariam defendidas (o que hoje já não podemos dar como totalmente adquirido...).

A construção das Comunidades Europeias (por facilidade passaremos a designar todo o processo como União Europeia – UE), é das maiores inovações dos tempos modernos. Mas esta inovação tem de ser revista, de forma continuada ou disruptiva. A UE foi objeto de vários ajustamentos, mas talvez não todos os necessários para passar

dos 6 Estados originais para os atuais 27, com uma enorme heterogeneidade. Temos de manter o processo inovador para prosseguir!

Uma das preocupações, não visível há 35 anos, é a consolidação do diálogo norte-sul, mencionada pelo então Primeiro Ministro Mário Soares no discurso do dia da Assinatura do Tratado de Adesão no Mosteiro dos Jerónimos. A abertura do diálogo norte-sul pela Europa, essa compreensão das culturas, é hoje um problema. O preconceito em relação ao sul agravou-se na crise anterior e enquanto não juntarmos o sul e o norte, será um entrave ao progresso da UE.

Portugal mudou radicalmente o seu contexto estratégico depois do 25 de abril de 1974. De país virado para o Atlântico, começamos a alicerçar na descolonização e na Europa, por via da adesão, a dimensão europeísta de consolidação democrática e acesso a novos recursos económicos. Haverá divergências de opinião, mas é comumente aceite que o país que tínhamos, não é o atual e não é comparável – a Europa mudou-nos não só sob ponto vista económico, mas também político.

Entre as principais consequências da adesão, destaca-se a consolidação da democracia, que entre 1974/86, viveu muita instabilidade. Como benefícios da adesão, vemos que a estabilidade financeira permitiu uma redução da inflação e a melhoria das condições de vida da população.

A adesão foi transformadora e modernizadora da sociedade portuguesa, tendo os fundos estruturais sido decisivos para o desenvolvimento económico e permitindo à nossa economia, começar a convergir para os indicadores dos restantes Estados membros. Registou-se um crescimento do comércio internacional com impacto no PIB, a abertura do nosso sistema financeiro com crescimento do investimento direto estrangeiro e a aproximação entre Portugal e Espanha.

A localização periférica de Portugal em relação ao contexto económico mais desenvolvido, continua a justificar o investimento. No quadro europeu, o mercado espanhol, sendo o mais acessível, afirma-se como um prolongamento mútuo. É relevante perguntar como vamos lidar com as restantes economias, se não conseguirmos lidar com a abertura a Espanha?!

Portugal tem ainda de resolver vários problemas, como a questão dos custos dos nossos portos. Precisamos ainda de desenvolver vocações especializadas e mercados onde nos possamos afirmar, investir na reindustrialização, considerar a concorrência e a especialização da economia, reduzir a dívida pública, investir na digitalização e na

pesquisa e desenvolvimento, revendo algumas opções para que Portugal se torne mais moderno e competitivo e passe ao ‘pelotão da frente’.

A UE nasceu dos escombros da II GM e Portugal também aderiu num período conturbado de mudança e democratização, onde a Europa vivia a desagregação do bloco leste. É altura de enfrentar uma nova década de recuperação e adaptação para assumir a liderança mundial que as circunstâncias vão ameaçando.

Realmente a adesão levou a um grande progresso e a uma aproximação do país aos indicadores da UE, mas não houve aproximação regional em Portugal: a região norte que na altura da adesão estava acima da Galiza, atualmente está 24% abaixo e 39% abaixo de Castela-Leão. Segundo foi publicado num livro de dois professores da Universidade de Aveiro, nos anos 60, cerca de 40% da população residia no interior, e atualmente este valor passa para 16%. A nossa adesão aumentou o protagonismo de Portugal no mundo, ao contrário do que alguns dizem (que a presença de Portugal se dilui no conjunto dos restantes Estados membros).

Também a adesão ao Euro veio reforçar Portugal – recorde-se a insignificância do Escudo, perante o Euro que representa cerca de 30% dos pagamentos mundiais, 20% dos mercados financeiros e 20% das reservas dos Bancos Centrais. Portugal deve participar no que tem peso no mundo (e o Reino Unido, apesar da diferente dimensão, em breve também irá constatar a diferença).

Um outro aspeto que cabe recordar, é a alteração das acessibilidades em Portugal, o que é de grande importância para o crescimento da economia, além de ter implicado uma diminuição importante da sinistralidade rodoviária. Mas falta ainda o investimento nas ligações por comboio rápido, muito importantes para assegurar a conexão internacional do país (somos o único país da Europa que não dispõe de comboio rápido, tendo a Espanha cerca de 5700Km de linhas rápidas). Ainda estamos a tempo de fazer algo para mudar as acessibilidades por via férrea e beneficiar a economia. Se houver algo novo no século XXI, que seja este investimento!

Houve ainda oportunidade para retomar a questão da importância da consolidação da democracia e construção do Estado Social, criando um Portugal muito diferente do existente no período do Estado Novo. A dimensão das autonomias veio tornar a coesão nacional uma realidade e as comunicações entre regiões e o continente melhoraram radicalmente, ao ponto de serem mais fáceis que no interior do arquipélago dos Açores. Ainda, os indicadores de bem-estar e qualidade vida melhoraram

radicalmente, assim como a esperança média de vida. Mas o processo de organização interna de Portugal ainda está por concluir, necessitando dum reforço, nomeadamente das autonomias.

Portugal afirma a sua dimensão euro-atlântica desde sempre, mas esta ganha uma nova dimensão com a participação na UE. Recordemos que Portugal é periférico e os arquipélagos são ultraperiféricos na perspetiva Europeia, mas não o são na dimensão Atlântica, onde passam a um protagonismo central que cabe valorizar.

Os Novos Conceitos de Espaço e Poder na Era da Globalização

Vivemos uma crise histórica, eventualmente sem precedentes, que começa por ser de saúde pública, mas que gera insegurança e perturba as relações inter-humanas e conseqüentemente, o funcionamento das economias sem fronteiras. É um problema de saúde física, mas também de saúde mental. Inevitavelmente esta situação traduz-se em problemas económicos e sociais gravíssimos, que têm um impacto ampliado nas franjas sociais mais pobres. Este aprofundamento das desigualdades pode traduzir-se num fenómeno de revolta contra tudo e todos, contra o sistema, e no desrespeito pelos direitos fundamentais, gerando ódios que podem traduzir-se em xenofobia. A exacerbação destas reações é preocupante, por poder colocar em causa os regimes democráticos, não sendo por acaso que os extremismos de esquerda e direita exploram esse descontentamento e receio das populações.

No plano regional, os fenómenos de descontentamento e insegurança, traduzem-se numa crise existencial do projeto político que tanto deu à Europa. Antes da pandemia, já nos preocupavam as conseqüências do Brexit – como iria afetar Portugal e a sua relação transatlântica. A saída deixava também no ar a possibilidade dum efeito de desagregação em cascata, com especial impacto na Espanha ou na Bélgica. A crise de 2007/8 foi diferente, na medida em que afetou essencialmente os países do sul da Europa e como tal, foi localizada. Não obstante, as divergências que exacerbou já acarretaram então preocupações sobre a manutenção da coesão ao nível do espaço comunitário mais alargado.

A crise atual é muito maior e não localizada, afetando todos os Membros da UE e nesse sentido, muito mais grave. As respostas não se devem restringir às medidas que foram implementadas há 10 anos. Embora decisivas na altura, são claramente

insuficientes para uma crise maior e não especializada. Daí a importância de implementação da proposta mais arrojada, avançada pelo eixo franco-alemão.

No plano mundial, esta crise está a converter-se numa nova guerra fria, especialmente entre os Estados Unidos e a China, quando o momento devia ser de concertação de esforços. Assistimos antes a um movimento contrário à concertação necessária, com a saída dos Estados Unidos da OMS. Estas manifestações de antagonismo num momento de ameaça global, é uma ameaça à paz e ao mundo.

Cabem ainda duas notas a propósito das considerações anteriores: para a retoma da economia e para a retoma do poder de compra e da esperança, parece haver um renascer dos ideais keynesianos, com o retorno do Estado Providência. Não podemos, no entanto, esquecer a sociedade civil, que terá um papel fundamental para a retoma. Cabe uma última nota para o papel destacado dos média neste período de Estado de Emergência; são o 4º poder e o guardião da democracia, pelo que é dever do Estado garantir este papel através do apoio no combate à crise salvaguardando, contudo, qualquer tentação de controlo estadual, num setor que deve ser pautado pela liberdade.

A relação entre espaço e poder remonta à antiga necessidade de estabelecer limites, materializados nas fronteiras. As fronteiras que são o marco desse elemento fundamental do Estado que é o território. A partir do território e do povo, chegamos à Soberania e temos o Estado. Mas como devemos perceber hoje o Estado, diante dos novos conceitos de espaço e poder na Era da globalização? Será igual ao passado? A ciência e tecnologia mudaram radicalmente os transportes, comunicações, economia e cultura, e com estas mudanças vemos que essa fronteira clássica do Estado é cada vez mais permeável. A própria ideia de Soberania, que era a base do Estado, também está cada vez mais diluída, em consequência das novas realidades da globalização.

Quais serão então os sintomas da evolução do Estado no plano jurídico-político?

i) registamos um protagonismo crescente do direito internacional, que acaba ficando como parâmetro, por vezes limitador, do direito constitucional do Estado; ii) No lado oposto, temos um protagonismo crescente do Poder Local, o que parece contraditório com o referido antes, mas ao permitir uma governança de proximidade, estabelece um contraponto à influência da legislação internacional. No meio temos o Estado, que apesar de pressionado continua a existir, já que não houve uma mutação que anunciasse o seu desaparecimento. Com estas mutações decorrentes da globalização, é preciso um Estado diferente, que precisa de se reinventar.

Depois da II GM, o direito internacional exige aos Estados um novo nível de cooperação, sob pena de se cair numa nova Guerra Mundial. A solidariedade exige cooperação e esta pode levar a um processo de integração regional. O processo fez nascer um novo direito, o direito comunitário, que surge da necessidade de um desenvolvimento harmónico numa determinada grande região. Essa é uma exigência do direito internacional e o Estado teve de se curvar. Além da cooperação e integração, lembramos a Organização das Nações Unidas, onde a solidariedade surge da necessidade de afirmar a dignidade do ser humano. Houve um avanço cada vez maior a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos nessa matéria, expressos nos mais diversos Tratados. Junto com essa ideia da necessidade de preservar a dignidade humana à escala mundial, também vai aparecendo outra realidade relacionada – respeito pelo meio ambiente. Trabalhamos assim com a ideia de património comum da humanidade, embora este conceito seja muito antropocêntrico – o ambiente é visto em função da humanidade, e não per si.

É necessário que o Estado determine as suas ações na linha dum desenvolvimento sustentável, o que representa uma extensão das exigências expressas na legislação internacional, mas por vezes esse objetivo é perturbado pelos interesses corporativo internacionais. Há ainda uma tensão com reflexos nas questões da propriedade intelectual, já que é necessário questionar como esta deve ser equacionada no plano internacional. Os países tentam proteger os seus próprios interesses, como se verifica agora na área da saúde, descurando os interesses globais.

O desafio da globalidade no plano regional, tem de considerar como lidar com os poderes locais. Trata-se dum desafio da democracia que passa pela cidadania. A velha ideia da cidadania clássica e abstrata vem sendo desconstruída pelas minorias e pelos governos locais. É preciso olhar para as pessoas e sair das abstrações constitucionais. No continente americano essa questão é muito, evidente devido às acentuadas desigualdades.

Como trabalhar estas realidades, num plano de novos conceitos de espaço e poder dentro do Estado? Através do poder local e da proximidade. O poder local tem vindo a substituir o Estado em algumas das suas responsabilidades tradicionais. Vemos isso nas manifestações de para-diplomacia, onde o poder local se relaciona diretamente com o exterior. Estas novas funções podem ser da maior relevância para o crescimento económico e desenvolvimento das regiões.

Por fim, devemos considerar a perspectiva geopolítica, na consideração do Espaço e do Poder.

Vivemos num mundo mais imprevisível e a geopolítica a que nos habituámos, onde a centralidade do poder estava no mundo euro-atlântico, deu lugar a uma deslocação para a região da ásia-pacífico. Neste momento de transição entre potências à escala global, o ocidente é confrontado com a perda relativa de relevância em todos os processos que nos últimos 500 anos dominou e está sujeito a novas regras e modelos, que já não domina. Enquanto este sistema não se clarifica, procuramos respostas que têm de ser diferentes - um novo paradigma, onde o poder já não está centrado no Conselho de Segurança da ONU. Vemos afirmarem-se alternativas, como por exemplo o G20.

Mas ao falarmos das questões do Espaço, temos sempre de fazer uma apreciação geopolítica. Neste complexo ambiente estratégico, o Mar continua a ser um espaço de projeção de poder e de disputa:

- O Atlântico Norte é controlado pela comunidade euro-atlântica, de forma mais ao menos estável nos últimos 70 anos, não obstante alterações relativas do poder. No Atlântico Sul, o Brasil tem pretensões de controlo, mas quem efetivamente domina todas as ilhas estratégicas é o Reino Unido.

- No Pacífico, onde se regista o mais recente foco de centralidade (Ásia-Pacífico), constata-se uma grande disputa ao domínio dos EUA, por parte da China.

- Mas ao nível dos Mares, não podemos descurar a Nova Rota da Seda através do Ártico, onde se centram muitos dos ricos recursos atualmente por explorar, pelo que se crê que esta região tem potencial para alterar a geopolítica.

- No Índico temos os EUA a decrescer de influência, com uma afirmação substantiva por parte da Índia em confronto com a China. Na Rota da Seda Marítima, a Índia vai disputar o seu espaço.

A nível terrestre, não podemos descurar o Continente Africano, um dos espaços mais afetados pelas alterações climáticas. Há uma redescoberta e disputa deste continente e dos seus recursos. Recorde-se que a China instalou a sua primeira base exterior no Djibuti. A Rússia, que sempre manteve uma grande ligação às elites dirigentes, começa a mostrar um grande interesse por novos investimentos no continente, nomeadamente por via de empresas militares privadas. A África é um novo espaço geopolítico de disputa internacional!

A expressão do poder geopolítico passa ainda pelo Espaço, numa corrida que já não é de hoje e que vai além da exploração e desenvolvimento. Hoje verificamos questões como o armamento do espaço, gestão de tecnologias como o GPS, que já ultrapassou em muito a utilização militar inicial, a problemática da disputa de privados pelo domínio espacial ou o controlo do lixo espacial. O espaço é de tal forma importante que os EUA reativaram o seu *Space Command*, os franceses têm um comando do espaço e a NATO declarou em dezembro de 2019 o espaço como domínio operacional. Mas falta ainda um verdadeiro regime internacional que possa controlar nomeadamente a proliferação e armamento do espaço. A cooperação é essencial para manter o espírito do *Outer Space Treaty*.

Um outro domínio do espaço cuja geopolítica está a ser desenhada, é o Ciberespaço, ligado ao Espaço antes referido pela relevância dos satélites de comunicação. Hoje dependemos da *Internet das Coisas* para a nossa vida quotidiana.

Ligado ao Espaço e Ciberespaço, temos ainda outras áreas como *Big Data Collection* ou a Inteligência Artificial (AI), onde iremos registar muitas disputas pelo controlo do poder destes espaços.

Mas para além dos Espaços físico e virtual referidos, temos hoje outras realidades do Espaço ainda pouco consideradas – o Clima (onde a crise pode ser pior que qualquer pandemia) ou a Geopolítica Popular (com uma nova cultura popular a disseminar uma visão ligada à tecnologia).

Por último, uma referência a novas áreas da Geopolítica ainda por explorar – temos a Geopolítica de Subterrâneo (que valoriza o controlo dos vários níveis do subsolo, especialmente valiosos nas megalópoles), o Espaço das Perceções (considerando a importância da desinformação e das *fake news*), o Espaço da Solidariedade, qualquer deles com amplo âmbito para afirmação do poder.

O que parecia ficção científica, é hoje realidade e manifesta-se nestes novos múltiplos espaços. Não obstante, temos de continuar a viver e consequentemente, a estudar, as velhas teorias da geopolítica.

Desafios(s) à Democracia

A ideia de democracia, um dos pilares do Estado Democrático e do Estado Constitucional, vem sendo questionada e encontra-se em crise aguda em alguns países, como o Brasil, mas de forma potencial em outros, incluindo na Europa.

Pode-se dizer que o cenário é de certo modo paradoxal, pois a falta de confiança dos cidadãos promove um desgaste do sistema representativo, o que gera uma crescente procura por maior participação social, mas que vem, ao mesmo tempo, acompanhado da diminuição do interesse de participação em espaços institucionalizados. Um exemplo é a elevada abstenção registada em eleições, por todo o mundo. Em paralelo, as pessoas procuram cada vez mais informação nas redes sociais, mas estes espaços frequentemente não oferecem a garantia de serem democráticos, reais, ou representativos, na medida em que muitos deles estão vinculados a perfis de robôs e fundamentados na disseminação de *fake news*.

Por outro lado, ainda desconhecemos as potenciais influências da pandemia no contexto sociopolítico: ampliará a possibilidade de autoritarismos, ou fortalecerá valores humanistas? Ainda que a crise sanitária e as suas consequências não tragam nada de novo, situações como esta podem acelerar desfechos de sistemas já em crise.

Temos ainda outros sinais significativos, que corroboram o caráter de transição acelerada em que o mundo está imerso:

I – O policentrismo permeia cada vez mais a geopolítica mundial;

II – Os movimentos sociais que já se destacavam desde o final dos anos de 1960, ganham projeção enquanto movimentos independentes;

III – As redes sociais tomam a primazia como produtoras e divulgadoras de informação, muitas vezes substituindo os média tradicionais;

IV – As entidades/conglomerados que atuam de forma virtual e global, exercem uma forte influência, mas em contrapartida são de difícil controlo estatal;

V – Existe uma crescente falta de sintonia entre Estado de Direito e Estado Democrático, ou seja, Governos que ascendem ao poder de forma democrática, mas cujas práticas se afastam destes princípios;

VI – A relação entre Poderes Supranacionais e Nacionais num contexto de globalização, convive com sociedades fechadas.

Desta contextualização emergiram diversos temas que nortearam a continuidade do debate.

Um deles diz respeito a como os partidos políticos podem dar resposta ao impulso participativo da sociedade, num panorama em que o desejo de participação cívica se tem mostrado maior do que o desejo de participação partidária. Nota-se um distanciamento entre os políticos e a sociedade, e os cidadãos comuns já não se sentem representados pelos modelos político-partidários.

Esta dimensão é, em muito, impactada pela incapacidade que os partidos políticos demonstram em adaptar-se a esta nova realidade histórica e a este período de transição. Em geral, as instituições partidárias ainda utilizam formas ultrapassadas de interação com a sociedade, vivem fechadas em si mesmas e alguns setores da política, infelizmente, também se promovem através das *fake news* propagadas pelas redes sociais – embora possa convencer alguns, estas posturas acabam por, mais frequentemente, gerar descrédito e afastar os cidadãos da participação política.

Outro aspeto observado como negativo é o fenómeno da profissionalização da política – um político, ao tomar a função eletiva como profissão sem ter experiência ou historial profissional, tende a perder o contacto com os problemas reais e quotidianos das sociedades; por outro lado, ao não dispor duma atividade que assegure a subsistência em caso de perda das funções políticas pode, pelo menos teoricamente, tornar o sujeito mais permeável a influências e corrupção. Este é mais um dos fenómenos que leva a que a população não se reconheça na política partidária e considere que os políticos atuam em causa própria.

Os partidos políticos precisariam desconstruir-se e reconstruir-se novamente, em outras bases. A democracia de hoje, baseia-se na ideia de que visões alternativas de organização social são igualmente válidas. Neste sentido, caberia aos partidos apresentar propostas de reconfiguração e caberia aos cidadãos, de forma mais participativa e em democracia, selecionar as propostas que consideram válidas.

Como equacionar a articulação entre poderes nacionais e supranacionais, também é uma questão relevante e as soluções passam por uma dimensão legislativa e uma dimensão democrática desta relação.

No aspeto legislativo, continuamos a verificar a desatualização e desarticulação da legislação, dentro e fora dos Estados. Por outro lado, os conflitos e diferenças filosóficas entre os Estados, dificultam a construção conjunta de legislação robusta ao

nível supranacional, o que frequentemente redundando em propostas minimalistas e com poucas condições práticas de execução.

A perspectiva democrática da relação entre poderes nacionais e supranacionais está assente no grande desafio de como controlar o poder globalizado e como garantir a democratização dos espaços supranacionais. Pensar numa estrutura legal e de governança, com articulação alargada dos Estados num ambiente globalizado, exigirá um diálogo penoso, porque pressupõe disposição para o pensamento coletivo e interação de experiências, com respeito democrático pelas diferenças, sem imposição de padrões dominantes.

Mas será a crise da democracia, fruto da necessidade de ampliá-la? Requer-se uma radicalização da democracia, a fim de ultrapassar a ideia de uma democracia que existe na medida do suficiente para se autojustificar.

Eliminar ou, ao menos, diminuir as desigualdades, é condição basilar para uma democracia válida. Tão importante quanto o exercício do Poder Político e o Estado de Direito, é a democracia nas relações sociais, que devem ser pensadas a partir do conceito de que a democracia plena não se faz sem igualdade.

A discussão aqui colocada converge para um plano maior, sobre que conceito de sociedade está a ser defendido para o presente e mais precisamente, para o futuro, tanto mais que as palavras-chave da atualidade são ‘novo comum’, ‘novo normal’, ‘nova pessoa’. A pandemia faz com que aquilo que estava fragilizado fique mais evidente, mas por outro lado, também permite questionar os paradigmas vigentes.

A democracia precisa ser repensada, aprofundada, nunca abolida. A política deve ter em vista a realização dos cidadãos, por meio de uma educação séria, independente e abrangente, onde condições dignas de participação, de vida e de trabalho, devem ser a prioridade. Estas afirmações parecem óbvias, mas, se o contrário não for combatido, nunca teremos uma sociedade verdadeiramente democrática.

Este debate não termina com respostas, mas com um desafio, um alerta e uma esperança. O *desafio* de lidar com pré conceções sobre as formalidades da democracia que podem colocá-la em risco (por exemplo, governantes que por serem eleitos consideram já não ter de responder perante as instituições, os movimentos sociais, sindicatos, ou a sociedade civil). O *alerta* para o facto de os inimigos da democracia tenderem a atuar a partir de dentro das instituições democráticas, e em seu nome. E, por fim, a *esperança* de dizer o que se ambiciona da democracia – uma democracia

ampliada e participativa, capaz de, efetivamente, incluir os cidadãos com justiça social, equidade económica e liberdade política.

Nota Biográfica dos Autores

Ana Maria Correia Neves Cordeiro de Azevedo

Licenciou-se em Direito na Universidade Clássica de Lisboa e foi admitida na ordem como advogada (não exerce atualmente). Completou um pós-graduação e posteriormente o Mestrado em Estudos Europeus, na Universidade Católica. Presentemente é doutoranda em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Católica Portuguesa e investigadora no respetivo Centro de Investigação (CIEP), assim como secretária da direção em Portugal, investigadora e coordenadora de investigação na Rede Interdisciplinar de Estudos Visões Cruzadas sobre a Contemporaneidade (VCC), sediada no CEIS20-Universidade de Coimbra. É ainda Auditora do Curso de Defesa Nacional do Instituto da Defesa Nacional. Possui formação complementar nas áreas financeira, económica, gestão de risco e ‘compliance’, na sequência duma carreira no setor financeiro.

Ana Lúcia Fernandes Oliveira Pereira

É Deputada ao Parlamento Europeu (Grupo dos Democratas-Cristãos do Parlamento Europeu). Licenciada em Economia pela Universidade de Coimbra e mestre em Estudos Económicos Europeus pelo Colégio da Europa (Bruges, Bélgica). Estagiou no Banco Europeu de Investimento (BEI) e trabalhou como consultora para o sector financeiro. Actualmente é Presidente da Juventude do Partido Popular Europeu (YEPP). É membro das Comissões para os Assuntos Económicos e Monetários e para o Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar. Também faz parte das Delegações para as relações com a República Popular da China e com os Estados Unidos da América.

Carlos Eduardo Pacheco Amaral

Doutor em Filosofia pela Universidade dos Açores (1998) e Mestre em Direito e Diplomacia pela Fletcher School of Law Diplomacy (Estados Unidos, 1989). Professor Associado com Agregação na Universidade dos Açores. Titular da Cátedra Jean Monnet. Presidente do Conselho Pedagógico e Membro do Conselho Geral assim como

Diretor do curso de Licenciatura em Estudos Europeus e Política Internacional da Universidade dos Açores. Cooordenador Científico do Grupo de Investigação Europeísmo, Atlânticidade e Mundialização do CEIS20 – UC. É autor das seguintes obras: *The Political Administrative Systems of the European Island Regions* (1992); *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias. Regionalismo, subsidiariedade e autonomia para uma nova ideia de Estado* (2002). *O Liberalismo e os Limites da Justiça* (2010). *Autonomie régionale et relations internationales. Nouvelles dimensions de la gouvernance multilatérale. Regional Autonomy and International Relations. New dimensions of multilateral governance* (2011) e *Cristianismo e Europa* (2015).

Eliane Cristina da Silva Nascimento

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (PCHS/UFABC), com período sanduíche no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20-UC), com a orientação da Professora Doutora Isabel Maria Freitas Valente. Pesquisadora do grupo de pesquisa Política, Políticas Públicas e Ação Coletiva (3 PAC/CNPq) e investigadora júnior da Rede Interdisciplinar de Estudos Visões Cruzadas sobre a Contemporaneidade (Rede VCC). Mestre em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática pela UFABC e Pedagoga da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Francisco Proença Garcia

É Tenente-Coronel (Reserva a seu pedido), Professor Associado com Agregação no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e do Instituto Universitário Militar. Entre outras funções, foi representante nacional na Science and Technology Organization/North Atlantic Treaty Organization (2014-16), Chefe do Departamento de Estudos Pós-Graduados da Academia Militar (2014), Adjunto do General-Chefe do Estado-Maior do Exército (2011-14); Conselheiro Militar junto da

Delegação Portuguesa na Organização do Tratado Atlântico Norte e da Agência Europeia de Defesa (2008-11), Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Comunicação Empresarial (2013); Vice-presidente do Centro de Investigação do Exército (2002 e 2014), Oficial de Planeamento do Quartel-General do Comando do Setor Central da PKF/UNTAET em Timor-Leste (2001). Atualmente é Secretário-Geral da Academia Internacional da Cultura Portuguesa/Ministério da Cultura e Diretor da Sociedade de Geografia. Tem 10 livros e várias dezenas de artigos científicos publicados nas áreas das Relações Internacionais, Estudos de Segurança e Estudos Africanos.

Isabel Maria Freitas Valente

Doutora em Altos Estudos Contemporâneos, Pós-Doutorada pela Universidade de Coimbra, Coordenadora Científica do Grupo de Investigação Europeísmo, Atlanticiade e Mundialização do CEIS20-UC, Coordenadora Científica da Rede de Investigação Internacional *Territórios Marítimos, Ilhas e Regiões Ultraperiféricas da União Europeia*, Presidente da Rede de Investigação Internacional – *Visões Cruzadas sobre a Contemporaneidade* e Co-coordenadora da Network. *Europe: Southern Perspectives. Between the Atlantic and the Mediterranean*. Auditora de Defesa Nacional (CDN 18/19). Directora da colecção Euro-Atlântico: Espaço de diálogos e Directora-Executiva da Revista Científica *Debater a Europa*. Curriculum e parte da produção científica disponíveis em: <https://www.cienciavita.pt/portal/6B13-B292-F64E>.

João Bosco Mota Amaral

Mestre em Direito pela Faculdade Direito da Universidade Clássica de Lisboa em 1998. Recebeu em Maio de 1995, o título de Doutor Honoris Causa em Ciências Económicas pela Universidade dos Açores (UAç). Deputado pelo PPD/PSD da Assembleia da República na X Legislatura. Presidente do Conselho de Administração do Instituto Francisco Sá Carneiro, desde julho de 2000. Advogado em Lisboa a partir de 1967,

especializando em Direito Administrativo e Direito Fiscal. Eleito à ex-Assembleia Nacional em 1969, intervindo em questões de interesse para os Açores. Foi deputado à Assembleia Constituinte e eleito em todas as Legislaturas seguintes suspendendo o mandato para desempenhar o cargo de Presidente do Governo Regional dos Açores (entre 1976 a 1995). Deputado e Presidente da Assembleia da República na IX Legislatura. Vice-presidente da Assembleia da República (1995). Membro fundador do PPD-PSD Açores em Maio de 1974, desempenhando elevados cargos diretivos, nas estruturas partidárias a nível regional e nacional. Presidente da Comissão Política Regional do PSD até Dezembro de 1995 e Presidente Honorário do PSD e JSD dos Açores, entre outros cargos de prestígio.

João Luís Fernandes

É doutorado em Geografia e professor no Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tem trabalhado em unidades curriculares como Geografia Política, Geografia Cultural, Planeamento Estratégico e Geografia Humana de Portugal. Tem especial interesse em áreas como as territorialidades precárias e as mobilidades espaciais da população; os conflitos territoriais; a multiterritorialidade e as relações de poder, assim como a dimensão política do turismo. É membro da Associação Portuguesa de Geógrafos e da RISCOS- Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. É investigador integrado no CEIS20 e colaborador no CEGOT. É auditor do Curso de Defesa Nacional.

João Nuno Calvão da Silva

Doutor em Direito da União Europeia pela FDUC. Mestre em Direito da União Europeia pela FDUC. Licenciado em Ciências Jurídicas pela FDUC. Conferências e publicações várias (nacionais e internacionais); Membro dos júris das provas orais de acesso ao Centro de Estudos Judiciários (CEJ). (Co)Coordenador do módulo de Jurisprudência Europeia do Curso de Jurisprudência da FDUC; Sub Diretor da Academia Sino-Lusófona da Universidade de Coimbra (desde outubro de 2018); Vice-

Presidente da Associação dos Estudos Europeus de Coimbra da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (desde fevereiro de 2017); Diretor Executivo do Instituto Jurídico da Comunicação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (desde novembro de 2015); Consultor jurídico da Ordem dos Notários (2015/2017 e em 2007/2009); Adjunto do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (2014/2015); Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional (2013/2014); Visiting researcher do Instituto Universitário Europeu (2011); Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Macau de 2002 a 2004; Advogado (inscrição suspensa a seu pedido desde 2002).

José Blanes Sala

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1982), cursou dois anos na Facultat de Geografia e Història da Universitat de Barcelona (1977), mestrado em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (1995) e doutorado em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (2002). Foi pesquisador vinculado a projecto temático do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC e professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Actualmente é professor adjunto da Universidade Federal do ABC - UFABC. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Internacional, Direito Constitucional e Direito Administrativo, actuando principalmente nos seguintes temas: Integração Regional, Mercosul, União Europeia, Licitações, Contractos Internacionais, Direitos Humanos, Migrações Internacionais. Trabalhou nas prefeituras de Santo André e de Diadema, bem como na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, sempre na área jurídica.

José Eduardo Martins Cardozo

Professor do Centro Universitário de Brasília (UniCeub), docente e mestre em Direito pela Pontifícia Católica de São Paulo (PUC/SP) e doutorando pela Universidade de Salamanca, tendo exercido as funções de ministro da Justiça, advogado-geral da União,

deputado federal e atuado por mais de trinta anos como procurador do município de São Paulo, fundou o escritório de advocacia Martins Cardozo Advogados Associados, com actuação em demandas jurídicas. Foi Ministro da Justiça do Brasil.

Leandro Reinaldo da Cunha

Professor titular-livre de Direito Civil da Universidade Federal da Bahia (graduação, mestrado e doutorado). Pós-doutor e doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Líder do Grupo de Pesquisa "Direito e Sexualidade". Associado Titular do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil - IBERC. Coordenador Científico da Seção Brasil e Investigador da Rede Interdisciplinar de Estudos "Visões Cruzadas sobre a Contemporaneidade". Autor de "Identidade e redesignação de gênero: aspectos da personalidade, da família e da responsabilidade civil" e diversos artigos jurídicos. Professor pesquisador.

Manuel Lopes Porto

Doutor em Direito em 1983. Professor Catedrático desde 1990. Leccionou: Economia Política; Direito Fiscal; e Políticas Comunitárias. Foi Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito. Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro. Presidente do Conselho Nacional do Plano. Presidente do Conselho Nacional de Educação. Membro da Comissão da Reforma Fiscal. Membro da Comissão de Reforma das Finanças Locais. Deputado ao Parlamento Europeu. Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra. Possui a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique e a Comenda da Ordem do Visconde do Rio Branco.

Maria Manuel Leitão Marques

É deputada ao Parlamento Europeu (Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas). É licenciada em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de

Coimbra, e doutorada e agregada em economia pela Faculdade de Economia da mesma Universidade. Actualmente, é Professora Catedrática da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigadora do Centro de Estudos Sociais desde a sua fundação. Participou e coordenou vários projectos nacionais e internacionais em Direito Económico, Direito da Concorrência e Sociologia do Direito e administração pública, em Portugal e no estrangeiro, sendo autora de vários livros e artigos publicados em diferentes línguas. É Vice-Presidente da Association Internationale de Droit Économique. Foi Secretária de Estado da Modernização Administrativa e responsável pelas áreas da simplificação administrativa e do governo electrónico entre 2005 e 2011, tendo coordenado o Programa Simplex. Actualmente, a sua investigação incide especialmente sobre a regulação pública da economia e sobre a inovação nos serviços públicos.

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Professora Catedrática Aposentada de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Investigadora do Grupo Europeísmo, Atlanticidade e Mundialização do CEIS20, Membro da Academia Portuguesa de História, da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, da Academia das Ciências de Lisboa, da Associação Portuguesa de História das Relações Internacionais, do Centro de Estudos Ibéricos, da European Community Studies Association, da Rede de História Contemporânea, da ICHRPI. Directora da Revista Estudos Contemporâneos do Século XX (2004-2014), Directora da Revista Debater a Europa (online), Directora da Colecção Estudos sobre a Europa, Directora da Colecção História Contemporânea. Directora do Curso de 3.º Ciclo em Estudos Contemporâneos CEIS20 (2011-2014). Coordenadora, et. al., da obra *Pela Paz 1849-1939*, Bruxelas, Peter Lang, 2014. Principais áreas de investigação: história das ideias, história cultural, história das ideias de Europa, história política, relações internacionais.

Ricardo Dias Costa

É Tenente-Coronel, doutorando em Estudos Contemporâneos no CEIS20. É Mestre em Estudos Europeus pela Universidade de Coimbra, concluído em 2007. Tem um Mestrado em Ciências Militares pela Academia Militar, em 2015. É Licenciado pela Academia Militar, tendo terminado em 1997 como Oficial de Artilharia. Pós-graduação em Direito Europeu pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 2003. Pós-graduação em Estudos sobre a Europa: as visões do outro pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2005. Curso de Estado-Maior Exército e Curso de Estado-Maior Conjunto no Instituto de Estudos Superiores Militares em 2010 e 2011. Pós-graduação de Estudos da Paz e da Guerra pela Universidade Autónoma de Lisboa em 2011. Curso de Paz e Ação Humanitária pela Universidade de Coimbra (Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos) em 2012. Pós Graduação em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra (Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos) em 2014.

Sidney Jard da Silva

Professor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (CECS/UFABC). Doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), com doutorado sanduíche no Departamento de Ciência Política do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP) e licenciado pela Faculdade de Educação (FE/USP). Foi coordenador adjunto e coordenador da área temática Estado e Políticas Públicas da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Integrou a equipe pro tempore de implantação da UFABC. Áreas de actuação: Estado e governo, instituições políticas, políticas públicas, processo decisório, classes sociais e grupos de interesse.

Sónia Ribeiro

Doutorada em Estudos Europeus – dominante económica (2010) e Mestre em Estudos Europeus (2000) pelo Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa e Licenciada em Relações Internacionais (1997) pela Universidade Lusíada do Porto. Professora Convidada do Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa desde 2003, onde assumiu até 2010 a Assessoria da Direcção e Coordenação dos Cursos de Estudos Europeus e Africanos e do Desenvolvimento. É Consultora em Estratégia e Geopolítica, SaeR, Lda, desde 2000, onde é responsável pela gestão de projectos, coordenação e edição de publicação trimestral e da publicação anual na área da Geopolítica e Prospectiva.

Organização: Em parceria com:



Com o apoio de:

